



N.º: Gp934-XII  
Proc.º: 36.01.03/36.02.10  
Data: 15.02.2023

Distribuir às Sras. e Srs.  
Deputados, assim como, ao  
Governo. 15-02-2023  
*[Handwritten signature]*

Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia Legislativa  
da Região Autónoma dos Açores

**Assunto: Substituição Integral do Projeto de Resolução n.º 117/XII – “Condição pós-COVID-19”.**

O Grupo Parlamentar do CDS-PP, nos termos regimentais aplicáveis, entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para efeitos de admissão, uma proposta de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 117/XII – “Condição pós-COVID-19”, conforme documento anexo ao presente ofício.

Com os melhores cumprimentos,

O Deputado,

Rui Martins

## Projeto de Resolução

### Condição pós-COVID-19

O impacto direto da COVID-19 não se limita aos casos agudos da doença e às mortes correlacionadas. Inclui também efeitos a longo prazo da doença ou do seu tratamento, como a Condição pós COVID-19, ou COVID longa e a síndrome pós-cuidados intensivos (PICS).

Segundo estimativas recentes da Organização Mundial de Saúde (OMS), no seu relatório “The European Health Report 2021 – Regional Office for Europe”, apresentado a 10 de março de 2022, entre 10% a 20% das pessoas com COVID-19 continuam com problemas de saúde durante semanas ou meses após a fase aguda da infeção. Embora possa haver várias razões para isso, há uma condição que agora é classificada como “*Condição pós-COVID-19*” na Classificação Internacional de Doenças (11ª revisão), sendo também referida sob outras designações como: COVID longa, síndrome COVID-19 pós-aguda, sequelas da infeção pós-aguda por SARS-CoV-2 e síndrome de COVID crónica.

Em 6 de outubro de 2021, a OMS publicou uma nova definição de caso clínico de Condição pós-COVID-19, descrevendo que ocorre em indivíduos com histórico de infeção provável ou confirmada por SARS-CoV-2, geralmente três meses após o início de COVID-19, com sintomas que duram pelo menos dois meses e que não podem ser explicados por um diagnóstico alternativo. Os sintomas comuns, com impacto no dia-a-dia, incluem fadiga, falta de ar e disfunção cognitiva, mas também outros. Podem ser um novo início após a recuperação inicial de um episódio agudo de COVID-19 ou persistir desde o início da doença. Os sintomas também podem flutuar ou recair ao longo do tempo.

A Condição pós-COVID-19 é imprevisível e debilitante e pode levar a problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e sintomatologia pós-traumática. Além disso, parece estar associada a uma variedade de consequências prejudiciais da infeção inicial, incluindo sequelas em múltiplos órgãos, especialmente as glândulas suprarrenais, trato gastrointestinal, coração, rins, fígado e pulmões, comprometimento do desenvolvimento de autoimunidade e ocorrência de coágulos sanguíneos causando acidentes vasculares cerebrais ou outros danos nos tecidos. Os efeitos cognitivos a longo prazo da infeção por SARS-CoV-2 podem ser graves. A Condição pós-COVID-19 e seus diferentes graus de gravidade podem ter um sério impacto na capacidade de uma pessoa retornar à vida familiar e comunitária após a fase aguda da doença, incluindo o retorno ao trabalho e a participação em outras atividades. A reabilitação multidisciplinar personalizada e específica para esta condição é essencial para evitar danos e progredir na recuperação.

A exata causa da Condição pós-COVID-19 e o que influencia o seu desenvolvimento e gravidade é ainda desconhecida. Não parece estar relacionado com a gravidade da infeção inicial por SARS-CoV-2 ou a duração dos sintomas associados, mas é mais comum em pacientes que foram internados por COVID-19. Fortes preditores para o desenvolvimento da Condição pós-COVID-19 são idade avançada,



ser do sexo feminino, ter um índice de massa corporal elevado, ter comorbilidades (especialmente envolvendo coração e pulmões) e o número de sintomas de COVID-19 aguda, como rouquidão, perda de olfato e falta de ar.

A Condição pós-COVID-19 pode ser tão impactante nas pessoas como na sociedade que a Direção-Geral da Saúde (DGS) a 17 de março de 2022 publicou a norma 2/2022, demonstrando que a infeção por SARS-CoV-2 continua a originar um número crescente de pessoas que recuperam da COVID-19, no entanto, e apesar do prognóstico ser ainda desconhecido, a magnitude de casos fez emergir dados científicos e clínicos que indicam que pode existir morbidade após a fase aguda da infeção, traduzida por sintomas persistentes e/ou complicações de longo prazo, a denominada de Condição pós-COVID-19 ou “COVID longa”.

Por a Condição pós-COVID-19 ser uma entidade em crescimento, com uma fisiopatologia ainda por esclarecer, com atingimento multiorgânico frequentemente associado a um conjunto de sintomas heterogéneos que podem persistir, surgir ou recorrer após o quadro agudo da infeção, o principal objetivo da abordagem prevista na norma da DGS é o reconhecimento precoce de sintomas e sinais que possam indiciar "complicações graves e ameaçadoras da vida e a recuperação sintomática e funcional" da pessoa afetada.

A DGS identifica que a Condição pós-COVID-19 pode ter repercussões funcionais potencialmente graves que interferem com a qualidade de vida e capacidade laboral das pessoas afetadas, com óbvio impacto socioeconómico, e a persistência dos sintomas além das quatro semanas tem vindo a ser pouco estudada nos cuidados de saúde primários, local de acompanhamento da maioria das infeções por SARS-CoV-2 e aponta para que a nível hospitalar as instituições promovam o trabalho multidisciplinar e multiespecializado, através de um circuito que permita uma adequada articulação com os cuidados de saúde primários, no âmbito da gestão da Condição pós-COVID-19 e numa ótica de continuidade de cuidados.

Adianta, ainda, que os utentes com história de COVID-19 que procurem os cuidados de saúde com manifestações suspeitas de Condição pós-COVID-19 devem ser avaliados, em sede de investigação inicial, em Cuidados de Saúde Primários, até 6 semanas após o diagnóstico de COVID-19, sendo que, ao nível comunitário, o acompanhamento dos cuidados de reabilitação das pessoas com Condição pós-COVID-19 deve ser assegurado por profissionais com resposta diferenciada em reabilitação.

**Há, no entanto, alguns critérios de referenciação que devem merecer particular atenção, nomeadamente:**

- Os utentes com sintomas cognitivos persistentes, com duração superior a um mês, com incapacidade total para o exercício da atividade profissional ou em caso de cronicidade (mais que 12 semanas) dos mesmos com ou sem incapacidade profissional associada (excluídas causas reversíveis);

- Os utentes com ansiedade ou depressão graves ou suspeita de síndrome de perturbação pós-traumática;
- Os utentes com sintomas sensitivos (parestesias, disestesias, hipostesia termo-álgica ou proprioceptiva) ou défice motor de novo associado à infeção a SARS-CoV- 2;
- Os utentes com alterações do olfato e/ou paladar persistentes, com duração superior a 12 semanas desde o início da fase aguda;
- Os utentes com suspeita de doença do interstício pulmonar;
- Os utentes com suspeita de tromboembolismo pulmonar;
- Os utentes com fadiga persistente e com maior limitação funcional associada a fraqueza muscular ou a descondicionamento.

As decisões e abordagens à Condição pós-COVID-19 deverão ter em conta a sua complexidade, enquanto entidade clínica, e devem ser fundamentadas no conhecimento científico, em constante evolução, na avaliação clínica da gravidade da doença e do seu impacto no dia-a-dia, permitindo definir estratégias e linhas orientadoras de abordagem, investigação e intervenção.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte Resolução:

1. A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que crie a “Via Covid Longa” para atender os utentes do SRS que, após investigação inicial em Cuidados de Saúde Primários, reúnam critérios de referenciação, definidos pelas autoridades de saúde para a condição pós-Covid19, devem ser encaminhados para consulta de especialidade hospitalar.
2. A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que identifique e promova oportunidades de sensibilização e formação dos profissionais de saúde, de forma a agilizar os procedimentos necessários a uma eficiente implementação da medida.
3. A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que os tempos máximos de espera, a definir por Norma da Direção Regional da Saúde, não excedam as 12 semanas.



Grupo Parlamentar

**CDS-PP**  
AÇORES

Os Deputados,

Rui Martins

Catarina Cabeceiras

Pedro Pinto